

O estudo da jovem oficialidade durante o regime militar:

Problemas teóricos e metodológicos

Maud Chirio

Doutoranda em História Contemporânea
(Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne)
Pesquisadora associada ao Projeto Pró Defesa

Esse artigo tenta explicar o interesse em adotar uma nova perspectiva sobre o meio militar durante a ditadura de 1964, com ênfase na vida política interna ao Exército e notadamente no papel, nas práticas e nos imaginários políticos da jovem oficialidade durante esse período. Assim esse artigo se dirige contra a corrente de boa parte da bibliografia sobre o assunto que se baseia numa análise da cúpula militar¹.

Espera-se da justificação de um objeto de pesquisa, em particular por parte de uma jovem historiadora, outro argumento além de uma aposta metodológica. Contudo, essa foi a razão inicial desse assunto de pesquisa que denota uma forte influência da « Nova História Política ». Essa corrente historiográfica encontra atualmente um amplo campo de pesquisa na França.

Após décadas de eclipse, devido à hegemonia da história econômica e social, a história política renasce nos anos 80 sob uma forma renovada. A principal crítica feita a essa corrente historiográfica era de acusá-la de consagrar os « grandes homens » da história, construindo uma narrativa histórica linear em torno de personagens únicos e retrazendo seus perfis psicológicos e detalhes biográficos. A « Nova História Política » (NHP) tentou em parte escapar de tais acusações, assimilando as críticas feitas a essa antiga tradição historiográfica. Assim tenta-se evitar por um lado a ênfase nos “grandes nomes” e por outro os grupos pré-construídos dos modelos de análise da história estrutural, marxista, ou simplesmente herdeira da Escola dos *Annales*.

A NHP está à procura de atores políticos diversificados e concretamente descobertos nas fontes. Em consequência, pode – mas nem sempre o faz – se afastar do estudo das elites e mergulhar no corpo social à procura de outras dinâmicas e de outros atores políticos estimados de menor importância até então. É exatamente essa lógica que se

¹ A escolha de uma reflexão teórica e metodológica implica que não serão apresentados, aqui, dados e resultados sobre este tema.

procura aplicar ao estudo da vida política no meio militar durante a ditadura, observando propositadamente os escalões mais baixos da oficialidade com a perspectiva específica do fato político.

A oficialidade: um ator ausente ou « fantasma » na literatura existente

A jovem oficialidade durante o regime militar é um objeto de pesquisa inédito. De fato, grande parte dos trabalhos existentes, por mais diversos que sejam, têm uma característica comum: colocam no primeiro plano da narrativa histórica algumas dezenas de oficiais, essencialmente generais. Obras jornalísticas, de história, de ciência política ou de sociologia, sejam elas da escola « instrumental », « organizacional » ou indo além dessa bipartição, ao tratar de militares após 1964 fazem dos generais seus principais objetos de estudo. É interessante notar que se tratando do período anterior, ou seja, os anos 1930 a 1964, a ênfase é muitas vezes colocada sobre escalões mais baixos da oficialidade: tenentes, capitães e majores. De forma que a análise dos oficiais superiores e generais durante a ditadura aparece como uma seqüência lógica desses trabalhos, pois estudam um mesmo grupo de oficiais que evoluem em suas respectivas carreiras ao longo de 30 anos.

Evidentemente, essa constatação é um pouco radical e existem exceções. Alguns trabalhos têm como objeto gerações mais jovens de militares. A obra mais conhecida, organizada pelos pesquisadores do CPDOC Maria Celina d'Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares, é provavelmente a trilogia *A memória militar*² que reúne testemunhos de oficiais do Exército. Os entrevistados não fazem parte da geração dos generais de 1964 e só chegam à patente mais elevada da carreira militar no final da ditadura e no início da Nova República. Um outro exemplo marcante é a tese de doutorado de João Roberto Martins Filho, publicada sob o título *O Palácio e a caserna*³ : sem adotar como objeto a jovem oficialidade, o autor a inclui constantemente em sua reflexão, analisando sua participação ao jogo político dentro das Forças Armadas entre 1964 e 1969.

Porém, esses trabalhos são minoritários e na grande maioria, as correntes e partidos militares continuam sendo identificados aos chefes, que lhes conferem uma visibilidade externa. Os conflitos parecem nascer e se desenvolver entre líderes militares, de tal forma

² Maria Celina d'Araújo, Celso Castro et Gláucio Ary Dillon Soares, *Visões do golpe: a memória militar de 1964*, Rio de Janeiro, Editora, 2004; *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994; *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

³ *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura, 1964-1969*, São Carlos (SP), UFSCar, 1995.

que a mais alta hierarquia parece apoderar-se do jogo político, seja nas conspirações, nos golpes, no movimento de anistia, nas políticas dos sucessivos governos, nas grandes escolhas sobre as instituições ou na política econômica: Parece que não há jogo político nas forças armadas fora da mais alta hierarquia, e algumas vezes quase não há jogo político *tout court*.

Por outro lado, a expressão « jovem oficialidade » aparece em particular nos momentos de crise, quando pode ser apresentada como um fator decisivo. Contudo essa expressão representa para os autores que a utilizam uma pressão indistinta, sem que seja feita uma análise crítica das eventuais correntes internas, sem mencionar o papel dos próprios indivíduos em seu seio. Alguns adjetivos, de registro moral ou psicológico mais do que político ou histórico, são sistematicamente associados a essa oficialidade: « impetuosa », « radical », « efervescente » ou, evidentemente, « dura », de « linha dura ». A falta de análise, que denota a utilização freqüente desses termos, é então associada à imagem de um grupo pouco diferenciado e pouco racional nas suas ações coletivas, ou seja, abstrato. Sem nunca constituir o foco principal das pesquisas, a oficialidade se resume à uma encenação política cujas principais figuras são os generais.

Pode-se pensar que a oficialidade está ausente das pesquisas porque teve, com efeito, um papel de segundo plano nos processos políticos do regime militar. Em outras palavras: a massa da oficialidade não teria sido « esquecida » por pesquisas que privilegiaram a vida e a atuação de « grandes homens », revelando uma preocupação acentuada sobre o estudo das elites nacionais, ela teria sido, pelo contrário, estudada na medida de sua importância – menor. Existem alguns argumentos convincentes em favor dessa hipótese.

Primeiramente. A participação notável do oficial subalterno nos debates e nos jogos políticos seriam características de forças armadas pouco profissionalizadas, dos Estados do século 19 e do início do século 20. Segundo José Murilo de Carvalho⁴ e Edmundo Campos Coelho⁵, o imaginário militar evoluiu ao longo do século 20 com a desapareção progressiva do ideal do « soldado cidadão », detentor de uma responsabilidade política e social individual. Com o aperfeiçoamento das técnicas, a sofisticação dos materiais, o endurecimento da disciplina e a especialização das funções militares, o oficial foi se

⁴ José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e Política no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zoar Editor, 2005, pp.38-43.

⁵ Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, 2000, pp.109-128.

afastando da atividade política, enquanto a atuação militar estava mais e mais definida pela alta hierarquia, representante da instituição. Segundo o famoso provérbio do general Góes Monteiro, « *a política do Exército* » se substitui à « *política no Exército* ». Por conseguinte, os oficiais subalternos teriam ao longo do século 20 desaparecido da cena, pelo fato de ter perdido uma certa autonomia de decisão e de não tomar mais iniciativas políticas.

Uma segunda hipótese – que não exclui a primeira – é que uma geração específica de militares teria ocupado um papel preponderante na vida política do Brasil no século 20⁶. Trata-se da geração dos tenentes de 1922, que também construiriam suas reputações nos anos 1940 ao integrar a Força Expedicionária Brasileira, e viriam mais tarde a assinar o « Memorial dos coronéis » de 1954. Essa geração, junto com pessoal mais novo, seria a principal responsável pela introdução da Doutrina de Segurança Nacional e da teoria da Guerra Revolucionária nos estados maiores e nas escolas militares brasileiras. Afinal seriam eles os principais artesãos do golpe militar de 1964, arquitetos de sua estrutura ideológica. Essa geração constituiria portanto a principal força reformista ou revolucionária militar de meados do século XX, deixando papéis de segunda ordem à outros grupos de oficiais de gerações mais jovens.

Um terceiro e último argumento se fundamenta no próprio funcionamento e prática do poder militar no Brasil. De fato, uma nova estrutura legislativa e regulamentar teve como objetivo– e resultado – o afastamento da oficialidade da vida política. O esvaziamento político do Clube Militar logo após 1964, assim como a lei de inatividade dos militares de 1965 (destinada a evitar a emergência de « líderes político-militares ») e o novo Código Penal Militar de outubro de 1969 constituem alguns exemplos dessa iniciativa de silenciamento da oficialidade. Membros de uma instituição baseada no princípio hierárquico, impregnados de um imaginário hostil a qualquer autonomia política de patentes inferiores e compelidos pelas supremas autoridades militares a um imobilismo total, os oficiais do Exército pós-64 seriam desprovidos – por escolha ou por obrigação – de qualquer influência sobre os rumos do regime.

Esses argumentos são em parte válidos. Entretanto, eles inibiram qualquer pesquisa *sobre* esses atores, deixando uma lacuna historiográfica que implicitamente confirma a sua

⁶ Eduardo Munhoz Svartman, *Guardiões da Nação : Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*, Tese de Doutorado em Ciências Políticas, Porto Alegre, UFRGS, 2006.

falta de importância política, e assim a falta de interesse em estudá-los. Outro elemento questiona essa constatação: o apolitismo e o profissionalismo da oficialidade fazem parte do próprio imaginário militar, surgindo ao mesmo tempo como um dever, uma necessidade e uma realidade. O fato das primeiras pesquisas sobre os militares brasileiros terem sido feitas por pesquisadores e jornalistas *próximos* à oficiais da mais alta patente⁷, implica que a imagem transmitida pelos próprios generais influenciariam os resultados dessas pesquisas. Com o decorrer do tempo criou-se uma distância entre o objeto e o pesquisador⁸, contudo o corpo de oficiais permaneceria no esquecimento.

Mais fundamentalmente, considero que a noção de « papel político » é muitas vezes utilizada de uma maneira redutora. Ela induz à uma dicotomia entre a influência *determinante* de certos atores, e a atuação irrelevante de outros. Para atingir o estatuto de ator político, o que mereceria a atenção de pesquisadores, é preciso ter tido, *a priori*, uma influência considerada *determinante* no jogo político, à qual supõem-se uma atuação de *primeiro plano* nos processos decisórios. Opoem-se à essa representação simplista um modelo mais complexo e flexível no qual atores individuais e coletivos são tomando em consideração pela sua participação direta, indireta ou pela sua importância simbólica assim como outras determinações (estruturais e conjunturais). Essa análise pode parecer banal e ordinária, entretanto, a ausência de questionamento do monopólio político dos generais durante a ditadura esta diretamente relacionada com tal limitação.

Um estudo político da oficialidade: algumas linhas de pesquisa

O propósito inicial dessa pesquisa é tentar ultrapassar esse imaginário pré-construído e ir à procura de novos personagens que são os oficiais mais jovens, dando-lhes *credibilidade* como atores políticos. Sem pretender apresentar resultados definitivos, vale a pena mencionar algumas das linhas diretrizes dessa perspectiva.

Uma primeira linha nasce do apolitismo, da passividade e da obediência da oficialidade, *idéias* provindas não somente da mais alta hierarquia, mas também de sua

⁷ Em particular cientistas políticos estrangeiros norte-americanos e europeus.

⁸ A distância não é uma regra absoluta: a coletânea de livros escritos pelo jornalista Elio Gaspari, amigo do secretário particular de Geisel – Heitor Ferreira – e conhecido de grande número de militares atuantes durante a ditadura comprova tal afirmação. Apesar do grande interesse da obra (infelizmente escrita a partir de fontes não consultáveis pela comunidade científica, então não discutível e verificável), ela reproduz uma « história das elites » onde tudo resulta da ação de alguns poucos (os famosos sacerdote e feiticeiro). O sucesso público dessa leitura histórica reforça a idéia de um jogo político reduzido à mais alta hierarquia.

própria cultura militar, que em geral não são necessariamente realidades. Essas idéias entram constantemente em rivalidade com imaginários concorrentes, em particular com uma reivindicação de participação política por parte da jovem oficialidade. A legitimidade política do soldado cidadão, motor da proclamação da República em 1889 e do movimento tenentista dos anos 1920, não desaparece totalmente nas entrelinhas da história, ademais, uma parte dos oficiais se estima responsável pelo processo revolucionário em curso.

Aliás, essa reivindicação de participação política por parte da jovem oficialidade, e o seu papel político são, em parte, reconhecidos pela alta hierarquia. De fato, muitos generais utilizam, manipulam ou seguem correntes ativas da oficialidade para chegar – ou tentar chegar – ao poder : é o caso de Costa e Silva entre 1965 e 1967, de Albuquerque Lima em 1969, de Sylvio Frota em 1976-77, entre outros. Isso significa que o corpo de oficiais, e mais particularmente as correntes ativas em seu seio, participam do jogo político, mesmo que seja pela importância simbólica que os líderes lhes conferem. De forma que o poder militar em 1964, além de tentar reduzir ao silêncio a massa da oficialidade, encontra nela seu principal apoio política após a eliminação *ipso facto* da classe política.

Para concluir, é necessário notar que o estudo das representações políticas dos militares durante a ditadura não se pode fazer sem se investigar a oficialidade. Esse é, de fato, o principal espaço de sedimentação cultural das forças armadas. Tanto as doutrinas militares quanto os traços mais profundos do imaginário político (anticorrupção, anticomunismo, anti-civilismo, anti-« politicagem », etc.) só se tornam um fator politicamente ativo quando incorporados às representações dos oficiais.

Elementos conclusivos

Admitir que só uma casta reduzida de generais reflete e age no jogo político equivale a construir uma fronteira artificial entre eles e a oficialidade. Evidentemente, a estrutura hierárquica e a regra da distância entre a massa do Exército e os fatos políticos têm uma importância fundamental. Mas as idéias, reivindicações, pressões, protestos, circulam entre os diversos escalões da hierarquia, como, aliás, circulam entre o meio militar e o meio civil.

A tentativa de justificação do interesse e da legitimidade de um estudo político da oficialidade durante o regime militar não esgota os problemas metodológicos que essa pesquisa subleva. Alguns outros podem ser brevemente mencionados.

O primeiro é a dificuldade de acesso aos arquivos, lugar comum da pesquisa sobre ditaduras e militares. Uma pesquisa desse tipo acrescenta àqueles obstáculos o foco sobre os atores mais discretos, pois a exigência de apolitismo dos escalões inferiores deixa a jovem oficialidade ausente das fontes⁹. Pode-se perguntar de que maneira a visibilidade de certos atores nos arquivos modela a história da instituição militar em períodos autoritários ou democráticos.

Contudo, o maior problema provém do próprio cenário acadêmico francês e brasileiro: parece-me que estudar atores políticos de « segundo plano » não é uma tarefa fácil, sobretudo tratando-se de regimes autoritários, sobre os quais os conflitos de memória permanecem muito vivos. Existe por um lado, uma busca direta de responsabilidades e de responsáveis e por outro se atribui uma missão aos historiadores: apresentar justamente esses fatores *determinantes* que permitiriam entender *porque aconteceu* e *porque foi assim*. Em consequente, a complexidade do jogo político dentro do aparelho de Estado não é sempre bem-vinda. Pergunta-se com frequência: será que os jovens oficiais *permitiram* o golpe? Foram eles que *levaram* o Costa e Silva ao poder e *fizeram* o AI5, *apoiaram* a abertura ou, ao contrário, *resistiram* à volta dos civis ao poder, sempre de uma maneira determinante?

Entretanto, as respostas aparecem mais complicadas do que se espera e introduzem mais complexidade na compreensão do jogo político. A pressão existe e, provavelmente, influencia os rumos da pesquisa, o que leva a uma reflexão sobre as relações entre a demanda social (incluído dentro do meio acadêmico) e a pesquisa científica, sempre a procura da restituição das práticas sociais e políticas na sua complexidade¹⁰.

⁹ Essa constatação é consubstancial ao fato de procurar atores na ante-sala da vida política ou social, que o historiador francês Jacques Rougerie chama os « sem voz » da história. *Le Procès des communards* Paris, Gallimard, 1978, p. 99.

¹⁰ Agradeço Rodrigo Nabuco pelo trabalho de correção e tradução deste artigo.